



# PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA COVID-19

**AFLODEF – Associação Florianopolitana  
de Deficientes Físicos SC**

**GEAN MARQUES LOUREIRO**

Prefeito Municipal

**MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA**

Secretário de Educação

**GABRIELA MATILDE DOS SANTOS**

Secretária Adjunta de Educação

**RÚBIA ENEIDA HOLZ**

Superintendente do Bairro Educador

**DIONE RAIZER**

**EDUARDO SAVARIS GUTIERRES**

**FABRÍCIA LUIZ SOUZA**

**JEAN RIBEIRO FERNANDES**

**RAQUEL VALDUGA SCHÖNINGER**

Diretores SME/PMF

**FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO/2020**

**Plano de contingência aplicável a  
AFLODEF – Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos SC**

**José Roberto Leal**

**Presidente(a)**

**REPRESENTANTES DA Instituição AFLODEF:**

**PRESIDENTE(a): José Roberto Leal**

**ASSISTENTES SOCIAIS: Cristiane Vieira e Rosane Rodrigues**

**MOTORISTAS: Hélio Jorge Longa e Vitor Hugo Conceição Patrício**

**AUXILIAR DE TRANSPORTE: Matheus Gevaerd**

**PSICÓLOGA: Edmara Vieira Fávaro**

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	4
<b>2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA</b>	6
<b>3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO</b>	7
<b>4. OBJETIVOS</b>	7
4.1. Objetivo Geral	7
4.2. Objetivos Específicos	7
<b>5. CENÁRIOS DE RISCO</b>	8
5.1. Ameaça(s)	9
5.2. Caracterização do Território	10
5.3. Vulnerabilidades	12
5.4. Capacidades instaladas/ a instalar	13
<b>6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO</b>	16
<b>7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA</b>	18
7.1. Dinâmicas e Ações Operacionais	18
7.2. Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional/Comitês Escolares)	23
7.3. Sistema Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme)	24
7.3.1. Dispositivos Principais	24
7.3.2. Monitoramento e avaliação	25

## **1. INTRODUÇÃO**

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos corona vírus — o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como faz a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, tomando em consideração a amplitude de sua distribuição mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

- 1) ser uma nova doença que afeta a população;
- 2) o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave; e
- 3) ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as medidas a tomar, se integram na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente estamos em estado de calamidade pública decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE nº 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março, a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou situação de emergência, através do Decreto nº 515, por conta da pandemia de corona vírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto nº 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo. Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo corona vírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria nº 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando

à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O calendário escolar deverá ser adaptado de forma a diminuir os danos causados pela suspensão das atividades. Deverão seguir, até que novas publicações sejam realizadas, a Medida Provisória 934 (Brasil, 2020d) que flexibiliza os 200 dias letivos.

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

- a) a propagação do vírus ser fácil e rápida;
- b) a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);
- c) a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;
- d) a possibilidade de gerar sobrecarga nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;
- e) a taxa de mortalidade pode atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e outras indicações de órgãos de governos federal, estadual e municipal. As atividades a desenvolver devem ser sempre proporcionais ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estão sendo elaborados em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

A AFLODEF, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante a comunidade educativa (crianças, adolescentes, funcionários e familiares destes), elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O Plano de Contingência para a COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta para o enfrentamento da epidemia da nova (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.

## **2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA**

A estrutura do PLANCON-EDU da AFLODEF obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.

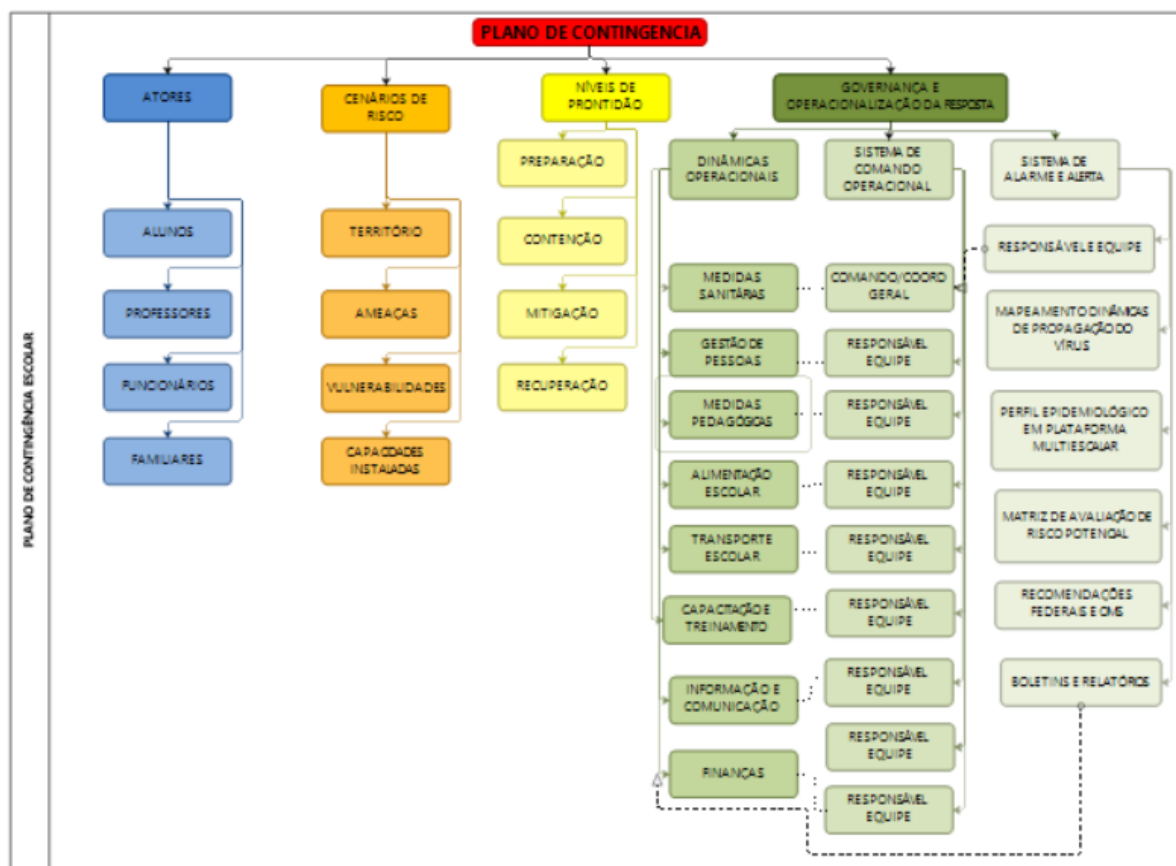


Figura 1. Mapa conceitual de estrutura do Plano.

### 3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO

**Público alvo:** crianças, adolescentes, educadores/as, funcionárias/os e familiares destes da AFLODEF.

### 4. OBJETIVOS

#### 4.1. Objetivo Geral

Fortalecer os processos de governança da instituição, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento da epidemia enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando assegurar a continuidade da sua missão educacional pautada pela proteção e segurança da comunidade educativa.

#### 4.2. Objetivos Específicos

- Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas na instituição;



- Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo todas as atividades do estabelecimento e todos os membros da comunidade educativa e cumprindo todas as recomendações oficiais;

- Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para diferentes fases, em especial, na retomada de atividades presenciais;

- Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outros materiais de fontes oficiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;

- Garantir uma eficiente comunicação interna (com crianças, adolescentes, educadoras/es e funcionárias/os) e externa (com pais e/ou outros familiares das crianças, adolescentes, fornecedores e população em geral);

- Determinar quais os recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;

- Implementar as ações de resposta, mitigação e recuperação, em cada fase, abrangendo toda a atividade da instituição;

- Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;

- Identificar eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio da instituição e por parte dos serviços de saúde, evitando ou restringindo situações de contágio;

- Assegurar a continuidade da missão educativa, estabelecendo estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento;

- Garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade educativa nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

## **5. CENÁRIOS DE RISCO**

Este plano de contingência está elaborado para cenários de risco específicos, que consideramos se aplicar ao nosso estabelecimento educativo. Em tais cenários são considerados o território de alcance da ameaça (COVID-19) com que se tem que lidar, bem como as vulnerabilidades e capacidades instaladas/a instalar.

## 5.1. Ameaça(s)

A principal ameaça a que o plano de contingência visa dar resposta é uma ameaça biológica, uma pandemia, mais exatamente, a transmissão do vírus 2019-nCoV, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório<sup>1</sup>, desencadeando no organismo humano a COVID-19.

A transmissão ocorre através:

Gotículas ou micro gotículas de saliva e secreção nasal, etc., projetadas por uma pessoa infectada e que atingem diretamente a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato:

\*De contato físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos.

\*De objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados.

Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, causam a morte do paciente. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico.

Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe ainda nenhuma vacina

---

<sup>1</sup> Segundo dados da OMS, com base em análise possível de 56.000 pacientes, 80% têm ausência de sintomas ou sintomas leves (febre, tosse, alguma dificuldade em respirar, etc.), 14% sintomas mais severos (sérias dificuldades em respirar, grande falta de ar e pneumonias) e 6% doença grave (insuficiência pulmonar, choque séptico, falência de órgãos e risco de morte).

disponível e provavelmente não estarão disponíveis ainda em 2020. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos suficientemente testados, embora alguns medicamentos - tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças - tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos medicamentos começam a ser testados.

Assim, a esta ameaça principal do vírus em si e da doença - por vezes mortais - que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas:

a) a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;

b) a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados. Nos dois últimos casos, o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psicossociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

a) o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);

b) seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;

c) os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;

d) seu impacto na situação econômica global e de cada país pode gerar uma forte crise;

e) o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;

f) aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

## **5.2. Caracterização do Território**

No caso concreto da AFLODEF foi julgada como ajustada a descrição de território que segue:

A Instituição AFLODEF, localizada no endereço Rua Rui Barbosa, 708, Bairro

**Agronômica, atende mensalmente 80 crianças, adolescentes e idosos com deficiência física em vulnerabilidade social.**

O Bairro Agronômica é um tradicional bairro residencial de Florianópolis. Localiza-se na região central da cidade, na extremidade norte do Maciço do Morro da Cruz, entre o Centro de Florianópolis e o bairro da Trindade. Um de seus limites é a Rua Allan Kardec, que o separa do Centro. Do outro lado, a rótula da penitenciária o separa da Trindade. Trata-se de uma região predominantemente residencial. É um bairro que estão localizados dois dos principais hospitais estaduais, o Joana de Gusmão, referência no atendimento infantil, e o Nereu Ramos, com atendimentos de alta e média complexidade. O bairro também é sede de muitos órgãos públicos, como a Justiça Federal, a Polícia Federal, Ministério Público, a OAB e a Casa d'Agronômica, residência oficial do governador do Estado de Santa Catarina. Disponível <https://guiafloripa.com.br/cidade/regiao-central/agronomica.11/1/2021>. O bairro é dividido entre as áreas nobres e os bairros mais vulneráveis, cercada por morros, de difícil acesso, onde predominam famílias de baixa renda, muitos sobrevivem através de trabalhos autônomos e benefícios sociais, como PBC e Loas. A Aflodef presta serviço de assistência e transporte acessível, dentre eles destacamos o projeto Transporte Adaptado para a Inclusão que possibilita que as crianças/estudantes, com deficiência física, possam se deslocar para as unidades de ensino. Hoje atendemos em oito bairros (Ingleses, Monte Verde, Agronômica, Tapera, Vila União, Vargem Grande, Rio Tavares e Rio Vermelho) do município de Florianópolis.

- **QUAIS AS FAIXAS ETARIAS ATENDIDAS**
  - **Atendemos pessoas com deficiência física de 0 a 100 anos.**
- **HORÁRIO DE ATENDIMENTO**
  - **Segunda a sexta-feira das 8h às 17h. Em época de pandemia nosso horário de funcionamento é das 9h às 16h.**
- **NÚMERO DE PROFISSIONAIS**
  - **01 Professor de Educação Física**
  - **02 Assistentes Sociais**
  - **01 Psicóloga**

- **01 Cozinheira**
- **13 Auxiliares de Serviços Gerais**
- **01 Jovem Aprendiz**
- **01 Recepcionista**
- **02 Assistentes de Manutenção Produto Ortopédico**
- **01 Auxilia Administrativo**
- **01 Auxiliar de Departamento Pessoal**
- **01 Assistente Financeiro**
- **01 Coordenador dos Banheiros**
- **18 Digitadores**
- **02 Monitores**
- **11 Motoristas (sendo 02 Motoristas do Projeto Transporte Adaptado para a Inclusão e 01 a contratar)**

### **5.3. Vulnerabilidades**

A AFLODEF toma em consideração, na definição de seu cenário de risco, as vulnerabilidades gerais e específicas que seguem:

a) **facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;**

b) **falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;**

c) **insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;**

d) **atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;**

e) **condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas, etc.;**

f) baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento e isolamento social, uso de máscaras, entre outros);

g) existência de atores pertencendo a grupos de risco;

h) atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;

i) dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;

j) crianças e adolescentes sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;

k) falta de higienização constante nas cadeiras de rodas, muletas, bengalas, andadores e/ou outros meios de locomoção e apoio das crianças/estudantes;

l) algumas crianças/estudantes, devido a deficiência severa, não conseguem fazer uso da máscara;

m) dificuldade financeira para contratar uma equipe “volante” para substituição dos colaboradores que testarem positivo para o Covid-19 ou que estão sob suspeita;

n) a demora para realizar os testes de Covid-19 e para receber os resultados dos mesmos;

#### 5.4. Capacidades instaladas/ a instalar

A AFLODEF considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

##### Capacidades instaladas

a) possui uma infraestrutura adequada a realização do Plancon;

b) possui parceria com o posto de saúde local no Bairro Agrônômica, para atendimento dos funcionários que apresentarem algum sintoma;

c) a Associação através do serviço social, está em contato direto com as famílias para verificar o uso de EPIs por parte das crianças/estudantes com deficiência severa;

d) meios físicos de realizar a lavagem e higienização dos carros utilizados no transporte das crianças/estudantes;

e) pias e álcool gel para a higienização das mãos dos funcionários;

## Capacidades a instalar

a) orientar as famílias das crianças/estudantes quanto aos procedimentos de higiene e uso dos EPIs na utilização do transporte adaptado;

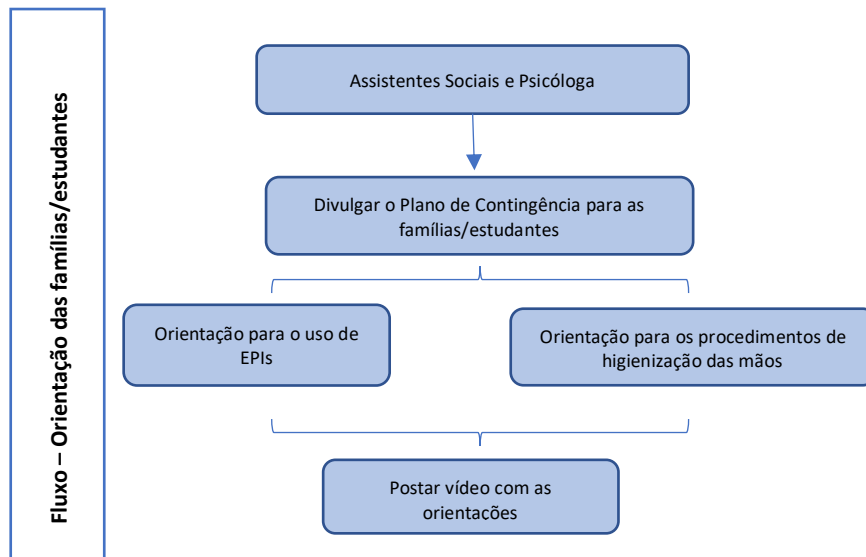


Figura 2. Fluxo Orientação das famílias/estudantes

b) orientar os motoristas do transporte adaptado, quanto aos procedimentos de higienização dos carros a serem utilizados e em relação a higiene e uso dos EPIs necessários;

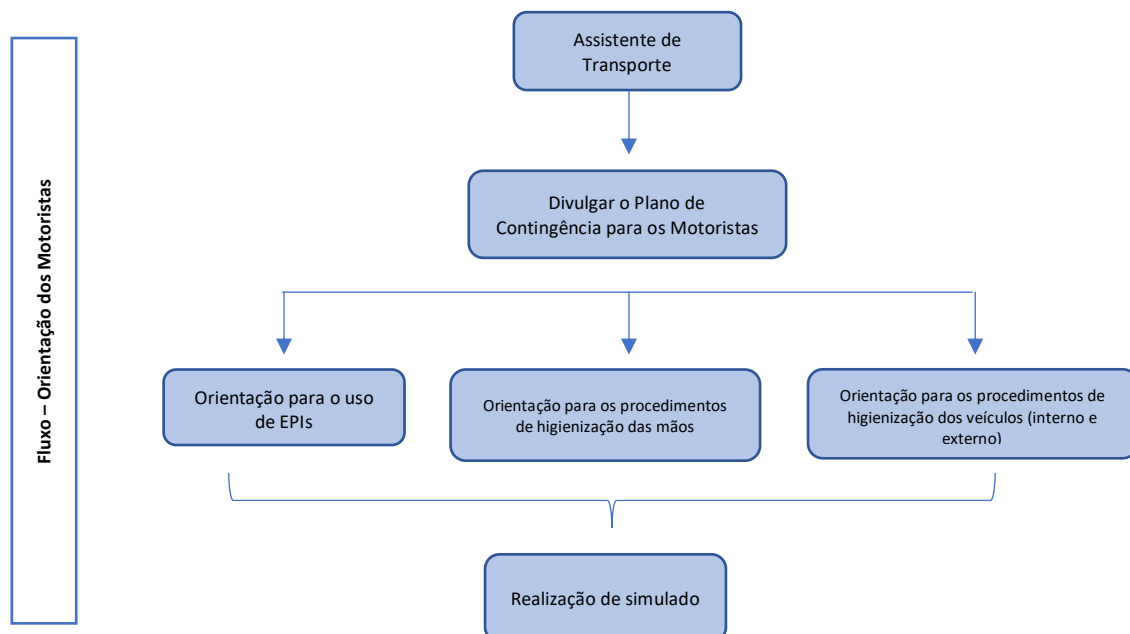


Figura 3. Fluxo – Orientação dos Motoristas

c) Estabelecer fluxos de encaminhamento de pessoas com sintomas à rede de atenção pública ou privada;

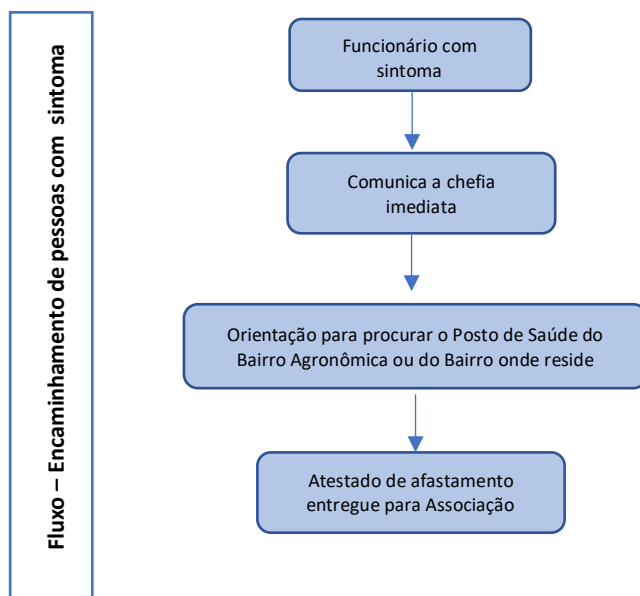


Figura 4. Fluxo – Encaminhamento de pessoas com sintoma

d) Estabelecer protocolos internos de testagem e rastreamento e afastamento de contatos de casos confirmados;

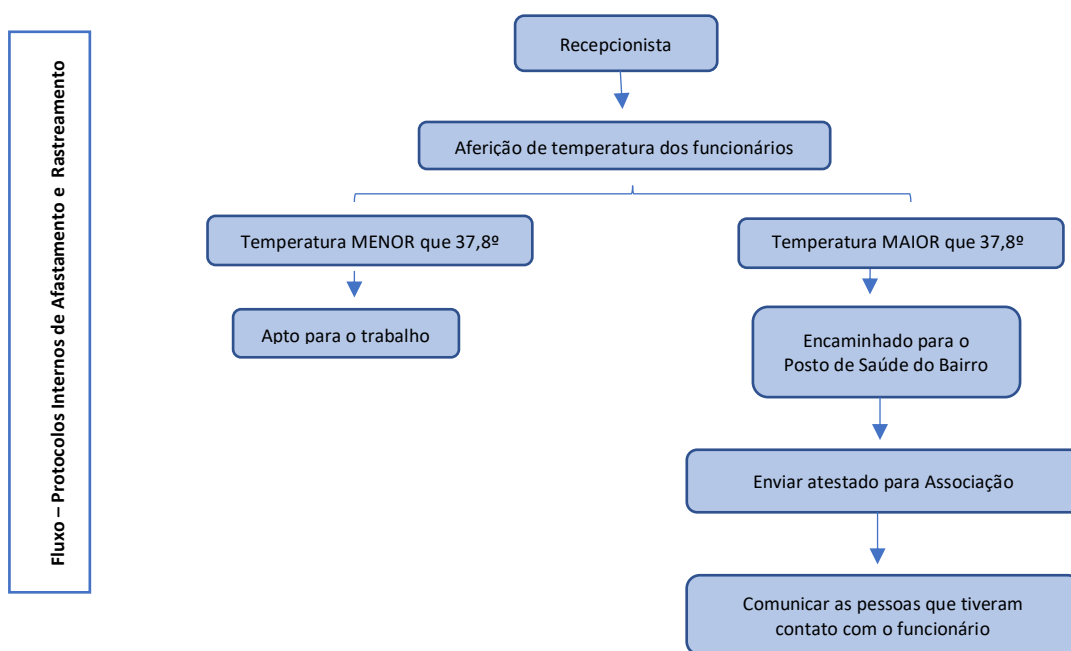


Figura 5. Fluxo – Protocolos Internos de Afastamento e Rastreamento



e) Desenvolvimento do plano de comunicação integrado;

f) Disseminação e divulgação do plano de contingência para toda a comunidade educativa;

## 6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.

FASES	SUBFASES	CARACTERÍSTICAS	Plancon estadual
PREPARAÇÃO		Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora	
RESPOSTA	Contenção (por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado)	Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada).  Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas, saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada.	Alerta (quando somente há ocorrências em outros estados)  e  Perigo Iminente (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária)

	<p>Mitigação</p> <p>(podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão)</p>	<p>A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária.</p> <p>Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes, etc.</p> <p>Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas.</p>	<p>Emergência de Saúde Pública</p>
<p>RECUPERAÇÃO</p>		<p>Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em partes similares às previstas para a fase de Contenção.</p>	

**Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19.**

**Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.**

## 7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como aquela com que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança da instituição, adequando-a ao momento muito particular que vivemos. Neste plano, consideramos em conjunto e de forma relacionada, três domínios essenciais:

7.1) os principais domínios em que se devem situar as Dinâmicas e Ações Operacionais a definir;

7.2) a Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional) que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

7.3) Sistema de Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme) que permite identificar que conjunto de medidas e/ou ajustes que se torna necessário implementar.

### 7.1. Dinâmicas e Ações Operacionais

As dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas estão organizadas segundo o esquema do Quadro 2.

Na definição das dinâmicas e ações tomamos como referência a ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são: W1) porque será feito; W2) o que será feito; W3) onde será feito; W4) quando será feito; W5) quem o fará. Os dois H: H1) como será feito; H2) quanto custará.

Os quadros síntese que seguem resumem as principais dinâmicas e sugestões de ações que podem ser realizadas, sendo que as diretrizes com mais detalhes estão disponíveis nos links de acesso.

Porquê (domínios): MEDIDAS SANITÁRIAS (promover a saúde e prevenir a transmissão do vírus) Diretrizes: Link de Acesso:

<https://drive.google.com/file/d/13JpI3bInU3Do59SkO8xIQLI2LUcc5rJ8/view?usp=sharing>

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Higienizar as mãos e uso de EPIs	Entrada do veículo	Ao utilizar o transporte	Motoristas	Uso de álcool gel, máscara, luvas e <i>face shield</i>	Álcool gel (03lt.), máscara descartável (30 uni.), luvas descartáveis (30 uni.) – itens

					mensais para os 03 veículos <i>Face shield</i> (03 uni. uma para cada motorista)
Medição de temperatura das crianças/estudantes	Entrada do veículo	Ao utilizar o transporte	Motorista	Controle de acesso, uso de termômetro	Já foram adquiridos os termômetros
Higienização das mãos das crianças/estudantes	Entrada do veículo	Ao utilizar o transporte	Crianças, pais ou responsáveis	Controle de acesso, uso de álcool gel	Álcool gel (03 lt.) - itens mensais para os 03 veículos
Colocação de cartazes e informativos sobre os procedimentos obrigatórios para uso do transporte	Nos veículos	Permanente	Auxiliar de Transporte	Em cada veículo, serão colocados cartazes informativos, com os procedimentos obrigatórios para utilização do transporte	Cartazes (03 uni.) – item para cada veículo
Higienização dos veículos utilizados	AFLODEF ou durante o roteiro quando necessário	Sempre que necessário	Motoristas	Higienização externa e interna sempre que necessário	Álcool líquido (06 lt.), sabão líquido (05 lt.), pano de limpeza (06 uni.), pano para higienização com álcool líquido (03 uni.), esponja (08 uni.), água sanitária (06 lt.), luva para limpeza (06 uni.) – itens mensais para os 03 veículos
Rastreamento de contatos	AFLODEF	Ao confirmar um caso	Serviço Social	Identificar os contatos com casos confirmados e	Sem custo

				orientar sobre o afastamento	
--	--	--	--	------------------------------	--

**Quadro 2: Esquema de organização DAOP Medidas Sanitárias**

**Porquê (domínios): TRANSPORTE ESCOLAR**

**Diretrizes: Link de Acesso: [https://drive.google.com/file/d/1-f\\_KWOhot0A263pxiacSmpvm\\_BgexkGC/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1-f_KWOhot0A263pxiacSmpvm_BgexkGC/view?usp=sharing)**

**Exemplo:**

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Orientação e treinamento dos Motoristas	AFLODEF	Antes do retorno das aulas	Auxiliar de Transporte	Orientar e treinar os motoristas quanto às medidas sanitárias e sua correta e adequada aplicação	Sem custo
Medidas com foco aos pais e responsáveis	WhatsApp	Antes do retorno às aulas	Equipe Multidisciplinar (todos)	Realizar campanha de orientação, para uso de transporte e recomendações de cuidados com os filhos na utilização de transporte escolar	Sem custo
Higienização dos veículos sempre que necessário	AFLODEF	Sempre que for utilizado para o veículo	Motoristas	Lavagem externa do carro, limpeza e higienização interna	Álcool líquido (06 lt.), sabão líquido (05 lt.), pano de limpeza (06 uni.), pano para higienização

					com álcool líquido (03 uni.), esponja (08 uni.), água sanitária (06 lt.), luva para limpeza (06 uni.) – itens mensais para os 03 veículos
--	--	--	--	--	---

**Quadro 3: Esquema de organização DAOP Transporte Escolar**

**Porquê (domínios): GESTÃO DE PESSOAS**

**Diretrizes: Link de Acesso:**

<https://drive.google.com/file/d/13fykW7jWvt7CYvppxmCHIWM15D3Q61eF/view?usp=sharing>

**Exemplo:**

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Mapeamento de Grupos de Risco	AFLODEF	Antes do retorno das aulas	Equipe Multidisciplinar	Elaborar formulário específico para proceder a avaliação diagnóstica  Orientar quanto a apresentação de documentos comprobatórios  Diagnosticar quantidade de crianças e adolescentes e profissionais que se enquadram no grupo de risco	Sem custo
Treinamento e capacitação quanto às	AFLODEF e WhatsApp	Antes do retorno das aulas	Equipe Multidisciplinar	Orientações através de vídeos (grupo	Sem custo

diretrizes e protocolos sanitários e de transporte				de WhatsApp) aos pais ou responsáveis Orientação aos motoristas através de simulados	
Acolhimento e Apoio Psicossocial	AFLODEF	Permanente	Serviço social e Psicologia	Promover campanhas motivacionais utilizando diferentes meios de comunicação  Prestar apoio psicossocial tanto as crianças, adolescentes e funcionários	Sem custo

**Quadro 4: Esquema de organização DAOP Gestão de Pessoas**

**Porquê (domínios): INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**Diretrizes: Link de Acesso:**

**Exemplo:**

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Cartazes informativos	Nos veículos e grupo WhatsApp	No retorno das atividades	Equipe Multidisciplinar	Utilizar diferentes meios de comunicação (mídias sociais, grupos de WhatsApp, encontros virtuais, etc.)	Sem custo

**Quadro 5: Esquema de organização DAOP Informação e Comunicação**

## Porquê (domínios): FINANÇAS

No caso das instituições que possuem parceria com a Secretaria Municipal de Educação a aquisição dos materiais pode ser realizada adquiridos com os recursos da parceria, conforme o que foi autorizado pelo setor de prestação de contas para o cumprimento das medidas sanitárias contidas no documento “PROTÓCOLO DE RETORNO DE VOLTA ÀS AULAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS”.

## 7.2. Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional/Comitês Escolares)

A AFLODEF adotou a seguinte estrutura de gestão operacional.

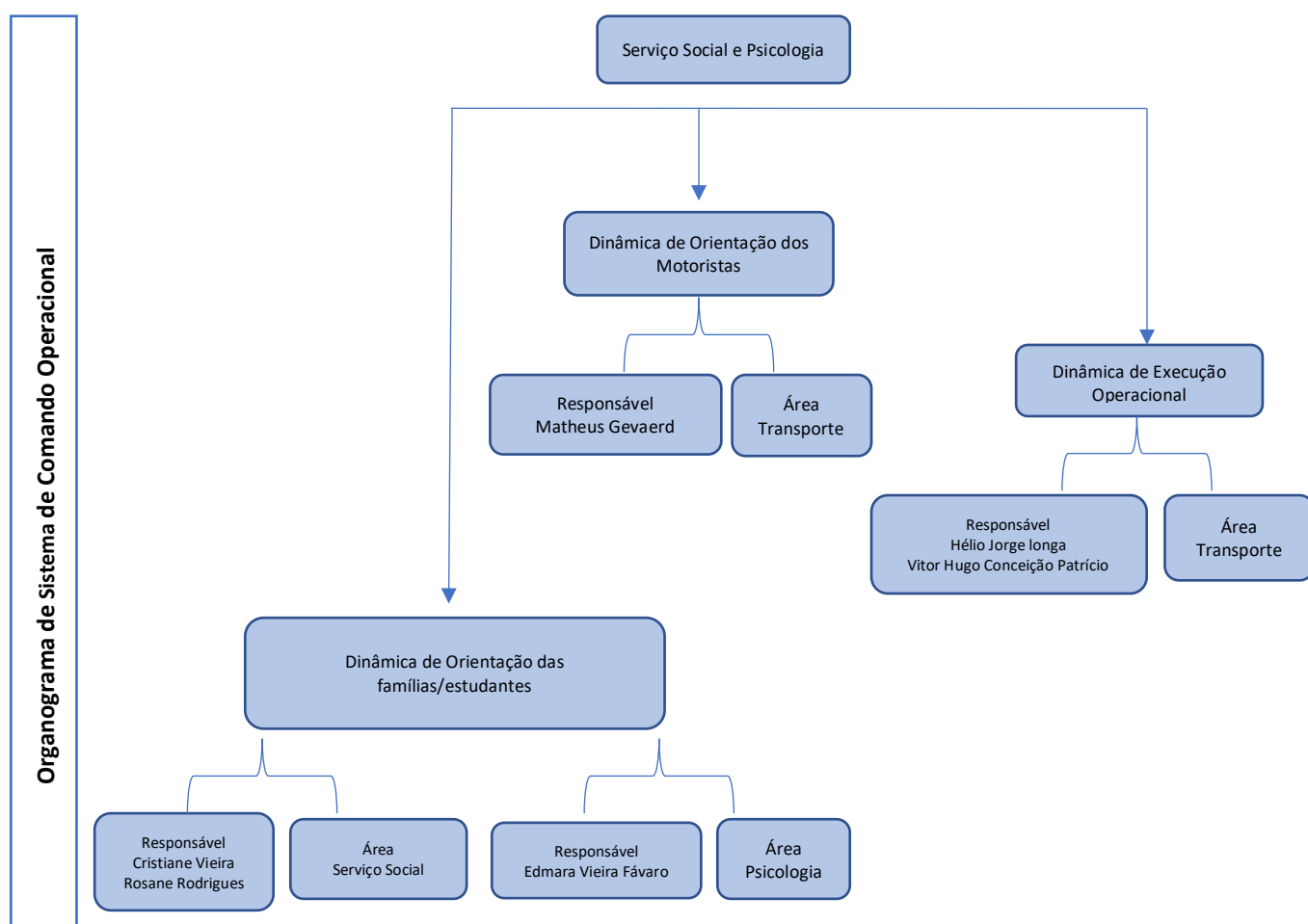


Figura 6. Organograma de Sistema de Comando Operacional



### 7.3. Sistema Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme)

#### 7.3.1. Dispositivos Principais

Nosso sistema de alerta e alarme está organizado em torno de 5 dispositivos principais de vigilância e comunicação:

- a) indicações provenientes de instituições hierarquicamente superiores e das entidades de saúde;
- b) sistema de observações e controle de evidências (tosse persistente de alguém, queixa de sintomas compatíveis com COVID-19, medição de temperatura em casos suspeitos;
- c) informações variadas plausíveis provenientes de diversas fontes (crianças, adolescentes, pais/responsáveis, funcionários, autoridades locais, entidades representativas e acreditáveis);
- d) simulados de algumas ações (e protocolos);
- e) relatórios diários de responsáveis da Unidade de Gestão Operacional.

Com base nestes dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

Nome	Função	Contato	Dispositivo
Cristiane Vieira	Coordenação	(48) 98842 3942	WhatsApp
Cristiane Vieira	Ler diariamente toda a informação disponível, em especial, instruções de órgãos superiores e informações com potencial impacto	(48) 98842 3942	
Rosane Rodrigues		(48) 99937 5655	
Edmara Vieira Fávaro		(48) 99653 4763	
Matheus Gevaerd			

Quadro 6: Sistema de Vigilância e Comunicação

### **7.3.2. Monitoramento e avaliação**

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais.

Os registros diários das atividades da instituição, da maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedido como o modelo que se encontra anexo ao Caderno de Apoio ao PLANCON - COVID-19.

As avaliações mais detalhadas, de periodicidade a ser definida, serão realizadas em relatórios como o modelo que se encontra anexo ao Caderno de Apoio ao PLANCON - COVID-19.

O presente PLANO DE CONTINGÊNCIA para a COVID-19 é uma adaptação do Modelo de Plano de Contingência que foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. A presente adaptação foi elaborada para as instituições parceiras da educação do Município de Florianópolis de acordo com o modelo fornecido pelo Estado.